

AS CHANCES DA DEMOCRACIA AQUI E LÁ

Eliana Maria de Melo SOUZA¹

RESUMO: Este texto de intervenção resume o diálogo com o trabalho de Yvon Thériault apresentado no **Seminário Leituras da Modernidade. Pluralismo, Feminismo e Tolerância Política**. Retoma-se a proposição política da democracia como regime social de tolerância generalizada para localizá-la nos parâmetros estruturais da sociabilidade política brasileira que são historicamente fundados numa profunda desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Tolerância. Violência. Sociabilidade política brasileira.

Retomando fundamentais pensadores da teoria política, o texto do colega Joseph-Yvon Thériault, que precede a este, finca algumas balizas para a discussão da tolerância no andamento das sociedades contemporâneas que universalizam os princípios democráticos. Sua abordagem se quer, assim, ao mesmo tempo, histórica e teórica, e se preocupa em situar as dificuldades sempre renovadas da aceitação do conflito e da divergência. Mais particularmente, ele se indaga sobre as chances democráticas das múltiplas práticas identitárias (língua, etnia, sexo, classe, idade etc.) sem que estas se fragmentem e percam o nexos coletivo e republicano.

A discussão muito resumidamente assim exposta não esquece o quadro de inserção canadense e especialmente quebequense do autor. Aliás, a evolução da carreira acadêmica de Yvon Thériault está marcada pela reflexão da identidade do Quebec. São muitos os trabalhos já publicados que atestam os diversos ângulos de sua reflexão identitária, dos quais menciono os dois mais importantes: *Critique de L'Américanité. Mémoire et Démocratie au Québec* (publicado em 2002 pelas *Éditions Québec Amérique*, localizada na cidade de Montreal, no Canadá) e *L'Identité à l'épreuve de la modernité. Écrits politiques sur l'Acadie et les francophonies canadiennes minoritaires* (este trabalho que foi publicado em 1995 pelas *Éditions d'Acadie* localizada na cidade de Moncton, no Canadá, lhe valeu o **Prêmio França-Acadia** de 1996, concedido anualmente pela Prefeitura de Paris, França).

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 – gal@fclar.unesp.br

A ligação do autor com a produção francesa é notável assim como devo salientar que os estudos pós-graduados de Yvon Thériault foram realizados em Paris, primeiro no campo da Sociologia do Desenvolvimento, depois se estabelecendo no campo da Sociologia Política. O centro de pesquisa que ele dirige tem muitos colaboradores vinculados ao pensamento francês e particularmente à obra de Claude Lefort. A obra de Filosofia Política de Lefort está preocupada mais com os fundamentos do político do que com a prática da política, embora seja sempre uma reflexão muito colada aos acontecimentos do presente como atesta o volumoso livro (1048 páginas) recém publicado pelas *Éditions Belin*, de Paris – coletânea cujo título justamente é *Le Temps Présent*, com escritos cobrindo longos sessenta anos que vão de 1945 a 2005. (Apresentaremos uma resenha e publicaremos um artigo da coletânea no próximo número desta Revista).

Se menciono a obra de Claude Lefort é porque ela inspira o trabalho de Thériault, assim como inspira muitos trabalhos brasileiros. A democracia como invenção, como tácita legitimidade do conflito e da diferença, como sociabilidade que não se confunde com o liberalismo, como prática social que se reconstrói a cada novo acontecimento, como regime de sociedade e não como regime de governo, prática feita de assimetrias e desequilíbrios e, portanto, devolvendo uma imagem do social que, não sendo homogênea, não reformula a sociedade à imagem de um corpo orgânico – são formulações da reflexão lefortiana às quais Thériault é muito sensível. Daí se explica por que ele pode tomar, sem preconceitos, uma questão que está no centro dos princípios do liberalismo e da teoria política de inspiração liberal: a tolerância.

Para ousar trazer essa reflexão para os parâmetros da sociabilidade política brasileira, não se poderia deixar de partir dos acontecimentos que há mais ou menos dois anos têm dividido opiniões e têm força identitária para nós de outra maneira e talvez mais complicada. A constatação de que a violência hoje está atingindo níveis **intoleráveis** exige de fato uma reflexão de cada um de nós na reformulação das chances da democracia por aqui. Inúmeros são os fatos violentos na vida brasileira cotidiana, mas alguns alcançaram grande repercussão e contribuíram excepcionalmente para que se conhecesse o juízo crítico público. Penso no caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), em maio de 2006, no caso João Hipólito em abril de 2007, no caso do roubo do relógio de marca Rolex pertencente ao artista de televisão Luciano Huck e, por fim, nos debates em torno do filme *Tropa de elite*, ambos ocorridos em outubro de 2007. Sem entrar no detalhe desses debates e tampouco oferecer uma resposta, gostaria aqui de expor uma única observação de natureza sociológica ligada à questão da violência para retomar a discussão do princípio de tolerância nos quadros da sociabilidade democrática. Dito de outra maneira, a violência, que é histórica e estruturalmente entranhada na lógica da

sociabilidade brasileira, ganha uma profunda proeminência atual graças, justamente, a implicações **democráticas**.

Começamos então com uma afirmação exasperada: juízes, agentes policiais e parlamentares, nessa ordem, constituem as categorias profissionais mais corruptas no Brasil. A inserção periférica do país no capitalismo delimita um tipo de sociabilidade que atinge toda a extensão do espaço social, porém, aqueles profissionais – em virtude da mais tradicional troca de favores inscrita no meio em que atuam – aparecem com excepcional destaque. São os profissionais que participam de instituições fundamentais e deveriam trabalhar em prol da restituição da ordem social, mas tão acostumados estão com a lógica do favor que contribuem para a reprodução da desordem, autorizando a violência já entranhada nas relações sociais. Lidamos aqui com um tipo de dominação bem brasileira: aqueles profissionais conhecem e desconhecem ao mesmo tempo os motivos justos que os orientam na hora de julgar, punir e legislar. Numa sociedade extremamente desigual, os motivos justos parecem voar para o espaço de boa e de vez, gerando indignação pública principalmente no meio intelectual, camada dominante ainda porque tem acesso à mídia. (Seria possível acrescentar que a pequena corrupção exercida pelos profissionais do ensino não mata, mas mutila destinos com o auxílio da mesma lógica do favor.) De resto, a vitimização de toda a população numa sociedade desigual age contra a busca de uma resposta à altura dos acontecimentos – uma resposta que mude para melhor a condição brasileira e afaste a arbitrariedade. Já se disse, vítimas não se revoltam.

O que há de novo na atual situação brasileira não é a corrupção. Quando convocamos a avaliação da sociabilidade brasileira, produzida por nossos melhores estudiosos, é para reafirmar a característica estrutural que esclarece a atual violência das relações sociais que surge de braços dados com a corrupção generalizada. O que há de novo na cena brasileira vem do fato – único em toda a história política brasileira – de estar ocorrendo sob os auspícios do governo Lula, primeiro chefe presidencial que vem das classes trabalhadoras. Insista-se no registro do fato inédito: o presidente caracteriza-se por ser de origem pobre, operário, sem formação universitária. Apenas a sua atuação inicial de sindicalista o torna um contumaz antiintelectual, o que tem provocado, diga-se, o afastamento da fração intelectual das classes médias que acompanha a mídia (os intelectuais: professores, escritores, jornalistas, artistas), quem poderia talvez fornecer um sério apoio para que se realizassem as necessárias amplas medidas transformadoras no plano social.

Em outras palavras, a novidade no governo do líder petista é que a corrupção ganhou visibilidade.

Observa-se então que os debates que se seguiram àqueles acontecimentos acima lembrados reconheceram a impotência das instituições, acusaram de ineficazes as

diretrizes de juízes, agentes policiais e parlamentares, chamaram o endurecimento das ações dos membros das instituições jurídicas, policiais e legislativas. Convocou-se, por fim, a pena de morte. Isso significa então dizer – e é o que importa destacar – que a opinião pública exigiu em geral o recurso a uma violência maior ainda.

De que lado age o princípio da tolerância e da moderação quando o não reconhecimento dos fundamentos estruturais da violência age contra o esclarecimento produtivo que comanda a prática das instituições concernidas?

A fragmentação do social ou o risco da anarquia é o grande temor dos liberais. Torna-se, para eles, perigosa a perda de controle político quando a pluralidade de vozes, atos, movimentos discordantes que fervilham na cena dividida, lhes retira a primazia. Daí se explica a insistência na tolerância e na moderação. Sob essa ameaça, os liberais acomodam-se num obscurecimento retórico da divisão social e das diferenças que atravessam, de modo constitutivo, o espaço social em toda a sua extensão. Como diz Thériault, a vertente política, a vertente de origem republicana da democracia repõe as ambigüidades de uma sociabilidade instituída no conflito.

No caso brasileiro, numa sociedade atravessada por uma abissal desigualdade social, o debate que se enraiza, graças à visibilidade autorizada por condições democráticas ampliadas, só duplica as dificuldades da democracia. Diferentemente da estabilidade liberal do Canadá, o Brasil complica as chances da democracia ao combinar, de modo trágico, a violência dos de cima e dos de baixo.

DEMOCRACY CHANCES, HERE AND THERE

ABSTRACT: *This intervention text synthesizes a dialogue with Yvon Thériault's work presented in the Lecture 'Modernism reading matters, Pluralism, Feminism and Political Tolerance'. In this article, there is a return to democracy's political purpose as a general tolerance social regime, in order to locate it inside the structural parameters of Brazilian political sociability, which are historically based on a deep social inequality.*

KEYWORDS: *Democracy. Tolerance. Violence. Brazilian Political Sociability.*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARANTES, P. E. Duas vezes pânico na cidade. In: ARANTES, P. E. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.295-311.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p.19-54.

LEFORT, C. Libéralisme et démocratie. In: LEFORT, C. **Le temps present: écrits 1945-2005**. Paris: Belin, 2007. p.745-759.

SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1981. p.13-28.